



Número: **0002308-92.2021.8.17.9000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **6ª Câmara Cível - Recife**

Órgão julgador: **Gabinete do Des. Márcio Fernando de Aguiar Silva (6ª CC)**

Última distribuição : **25/03/2021**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Recuperação judicial e Falência, Modalidade / Limite / Dispensa / Inexigibilidade**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CINZEL ENGENHARIA LTDA (AGRAVANTE)		PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA BEZERRA (ADVOGADO) LEILA DE MELO DINIZ (ADVOGADO) VICTOR SOUZA SOARES (ADVOGADO) EDUARDO AUGUSTO PAURA PERES FILHO (ADVOGADO)	
Coordenação das Procuradorias Cíveis (PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL - TJPE RECIFE)			
Coordenação da Central de Recursos Cíveis (PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL - CENTRAL DE RECURSO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
14966921	26/03/2021 07:19	Decisão	Decisão

SEXTA CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento NPU 0002308-92.2021.8.17.9000

Agravante: CINZEL ENGENHARIA LTDA.

Agravado: NÃO DEFINIDO

Origem: 27ª. Vara Cível da Capital – Seção A

Processo Originário: 0000642-04.2021.8.17.2001

Relator: Des. Márcio Fernando de Aguiar Silva

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Ofício nº. 001/2021-GDMA

Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto por CINZEL ENGENHARIA LTDA contra decisão que, nos autos da Recuperação Judicial de NPU 0000642-04.2021.8.17.2001, postergou a análise do pedido de tutela de urgência consistente na dispensa de apresentação de certidões negativas de qualquer espécie e plano de recuperação judicial homologado para o fim de participação em processos licitatórios visando a contratação com o Poder Público.

Argumenta, em síntese, que, com a alteração legislativa promovida pela Lei nº 14.112/2020, o art. 52, II, da Lei 11.101/2005 passou a não mais exigir a apresentação de certidões negativas pelas empresas em recuperação judicial para a contratação com o Poder Público. Pugnou, liminarmente, pela concessão de tutela provisória em grau recursal.

Em decisão de ID 14787532, ante a aparente ausência de interesse recursal, foi determinada a intimação da agravante para, querendo, se manifestar no prazo de 10 (dez) dias sobre o não conhecimento do recurso, e, ato contínuo, o encaminhamento dos autos ao Ministério Público para elaboração de parecer, no prazo de 15 (quinze) dias.

A petição de ID nº. 14818019, reiterada pelas manifestações de ID nºs. 15074521 e 15275198, a CINZEL ENGENHARIA LTDA afirma possuir interesse no processamento e julgamento do agravo de instrumento, juntando a decisão do juízo originário, que optou por aguardar manifestação desta Relatoria antes de se pronunciar sobre o pedido de reconsideração feito na origem, e pleiteando a reconsideração da decisão proferida no ID nº. 14787532, a fim de ser apreciado o seu pedido de tutela provisória recursal.

Inicialmente, observo que o pedido de tutela de urgência recursal pretendido traz como hipótese de deferimento do enfrentamento do mérito do recurso, a alegação de que a sua não apreciação urgente trará prejuízos irreparáveis à ora Agravante, na medida em que postula participar de processo licitatório com data de realização em 26.03.2021, cujo objeto é a contratação de serviços técnicos de engenharia para execução de requalificação dos passeios públicos de diversas vias na cidade de Recife/PE.

Ressalto ainda que a análise do presente recurso, por ocasião da assunção ao cargo de Desembargador Titular nesta 6ª. Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, apenas se deu na data de 25.03.2021, motivo que justifica a apreciação dos pedidos da Agravante apenas nesta oportunidade.

Sendo assim, e tendo em vista os primados constitucionais da celeridade e da efetividade jurisdicional, passo a apreciar o pedido de antecipação da tutela recursal em ordem a não postergar ainda mais o exame por este órgão julgador.

Pois bem.

A concessão da tutela de urgência e efeito suspensivo a recurso pode ser deferida *ope judicis*, conforme deliberação do Desembargador Relator, se presentes os requisitos de existência de risco ao resultado útil do processo e ficar demonstrada a probabilidade do direito perseguido, de acordo com o que dispõem os arts. 300 e 1.019, I, do CPC, este último específico ao caso em deslinde.



O pedido de tutela antecipada cuida em examinar a possibilidade de dispensa de apresentação de certidões de regularidade fiscal e de plano de recuperação judicial homologado para fins de participação em processos licitatórios, bem assim para a renovação de contratos já vigentes.

A decisão agravada postergou a apreciação do pedido da Autora, ora Agravante, quanto à necessidade de apresentação de certidões negativas de débito, de certidão negativa de recuperação judicial e falência e do plano de recuperação judicial para participação da Empresa Recuperanda em processos licitatórios, para após a manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público acerca do pedido, afigurando-se como incontestada negativa ao pleito jurisdicional vindicado, ante a urgência denotada pela Parte Agravante em sua súplica.

No presente caso, a decisão que deferiu o pedido de recuperação judicial determinou “A dispensa, na forma do art. 52, inc. II, da Lei 11.101/2001, da apresentação de certidões negativas de débito, a fim de que continue o exercício das atividades da empresa recuperanda, observando-se o art. 69 da referida lei, ou seja, que o nome empresarial seja seguido da expressão “em Recuperação Judicial”.

Ocorre que a decisão impugnada, apesar de dispensar a apresentação de certidões negativas de débito para a continuidade do exercício da atividade empresarial da Recuperanda, não ressaltou a dispensa de apresentação de CND's e de Plano de Recuperação Judicial Homologado para participação em licitações junto a órgãos públicos, abrindo margem para a exigência narrada pela Agravante quanto à licitação que se avizinha, a Concorrência nº. 001/2021 CPL/URB Recife, cujo objeto é, como dito, a contratação de serviços técnicos de engenharia para execução de requalificação dos passeios públicos de diversas vias da cidade de Recife/PE.

Percebe-se, a toda evidência, que a decisão que postergou o enfrentamento do pedido da Agravante encontra-se em dissonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a qual entende que a única condição para a empresa em Recuperação Judicial participar de licitação seria a demonstração, na fase de habilitação, de viabilidade econômica da empresa participante do certame. Teria o MM Juízo a *quo*, portanto, meios de, ao menos enfrentar, o pedido liminar postulado.

O STJ, no julgamento do AREsp 309.867, pacificou o entendimento no sentido de que a única condição para a empresa em Recuperação Judicial participar de licitações é a demonstração, na fase de habilitação, de sua viabilidade econômica.

Nesse Sentido:

Sociedade empresária em recuperação judicial pode participar de licitação, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica. STJ. 1ª Turma. AREsp 309.867-ES, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 26/06/2018 (Info 631).

O Princípio da Preservação da Empresa, disposto no art. 47 da Lei nº. 11.101/05, se reveste como importante instrumento de reorganização produtiva da empresa recuperanda, na medida em que enseja critérios para que sejam conferidas condições para que a empresa em débito supere a situação de crise econômico-financeira e mantenha suas atividades, os empregos que gera e as condições de pagamento de seus credores.

A probabilidade do direito reclamado restou evidenciada, posto que o entendimento jurisprudencial aplicável à espécie assegura a participação de empresas submetidas ao regime de recuperação judicial em licitações, sem a exigência de apresentação de certidões negativas de débito ou que tenham um plano aprovado de recuperação. O entendimento jurisprudencial esclarece que o edital do certame não pode fazer exigências para além das legais.

Com igualdade, seria contraditório permitir a recuperação de uma empresa e proibi-la de realizar contratos



com a parcela de mercado onde está concentrado o seu maior volume de negócios, como no caso em questão. A Empresa Recuperanda, ora Agravante, aduz, em todos os seus pedidos, que “a maior parte do seu faturamento advém justamente da execução de obras públicas, razão pela qual a impossibilidade de participar em processos licitatórios agravará ainda mais a crise que se pretende solucionar através do presente feito recuperacional, conduzindo invariavelmente ao insucesso da medida”.

Comprovado, assim, o risco do resultado útil ao processo, acaso não seja deferida a tutela recursal de forma antecipada ao julgamento do mérito do presente recurso.

Sendo assim, em um juízo preliminar decorrente de cognição sumária, presentes a probabilidade do direito invocado e o risco ao resultado útil do processo, é de ser deferida a tutela antecipada recursal de urgência ao presente recurso, ao menos até o enfrentamento do mérito recursal pelo órgão colegiado deste Tribunal.

Por essas razões, com supedâneo no art. 1.019, I, do CPC, **DEFIRO** o pedido de antecipação da tutela recursal, conferindo efeito suspensivo ativo à decisão agravada, para determinar a dispensa de exigência de apresentação de plano de recuperação judicial aprovado, bem assim de certidões negativas de qualquer natureza, autorizando a participação da empresa Agravante em processos licitatórios junto ao Poder Público, até ulterior apreciação do mérito deste recurso pelo Órgão Colegiado vinculado ao presente instrumental.

Cópia da presente decisão servirá como Ofício, que deverá ser encaminhada, via malote digital, ao MM Juízo da 27ª. Vara Cível da Comarca da Capital – Seção A, nos autos da Recuperação Judicial, Processo NPU 0000642-04.2021.8.17.2001, para ciência e cumprimento.

Proceda a Diretoria Cível às regimentais formas de publicação e intimação das partes, devidamente habilitadas nos autos, acerca da presente decisão.

Recife, data conforme assinatura eletrônica.

Recife, 25 de março de 2021.

Márcio Aguiar
Desembargador Relator

04/GDMA

